



PROCESSO Nº	35725
FL Nº	006
ASS	<i>[Signature]</i>

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

### **INTRODUÇÃO**

O ETP – Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

### **I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)**

#### **I.1) A Necessidade da Contratação:**

Registro de preço para futura e eventual aquisição de artefato de concreto para atendimento à Sec. M. de Planejamento, Urbano, Obras e Serv. Públicos, para realização de serviços de saneamento básico, rede de esgoto, confecção de rede de microdrenagem, captação de águas pluviais de logradouros e demais áreas públicas na sede e nos distritos do Município de Rio Claro tem como objetivo a aquisição de elementos indispensáveis para execução de serviços diversos, tais como: serviços de saneamento básico, rede de esgoto, confecção de rede de microdrenagem, captação de águas pluviais de logradouros e demais áreas públicas na sede e nos distritos do Município de Rio Claro com o objetivo de não haver interrupção da produção agropecuária e outras atividades de pequenos produtores rurais, tais como: escoamento de leite, banana, queijo e outros; melhoramento na captação de águas plúvias de estradas vicinais, acautelar interrupção de dias letivos de alunos de áreas de difícil acesso e na preservação do meio ambiente.

#### **I.2) O Problema a ser resolvido:**

O principal problema a ser resolvido está atrelado a necessidade de reposição desses itens no almoxarifado pertencentes ao Município, no atual momento não existem muitas unidades ou nenhuma unidade disponível. O último Registro de Preços para materiais de construção expirou em 2024.

Diante da inexistência de estoque estratégico e da limitação de recursos humanos para gestão de múltiplas adesões, optou-se por instaurar novo procedimento licitatório por Pregão, com gestão exclusiva do Município de Rio

*[Signature]*

*[Signature]*



PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	007
ASS	<i>[Signature]</i>

adesões de outros entes ao referido SRP, conforme diretrizes internas de planejamento e capacidade operacional disponível.

**I.3) O Interesse Público na contratação:**

O interesse público está sendo mantido uma vez que o principal objetivo das aquisições é a realização de manutenção preventiva e corretiva, adequações nas redes e logradouros serviços estes que proporcionam ambientes recuperados da degradação, seguros e passíveis de serem utilizados de maneira plena, cumprindo todas as funcionalidades a que se destinam os locais, facilitando o desenvolvimento das atividades a que são destinados. Todos estes fatores possibilitam a criação de um contexto voltado para uma melhor qualidade de vida e também economicidade de recursos, tanto humanos quanto financeiros.

**II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais – PCA?

( ) SIM

(X) NÃO

No caso de SIM, especificar o item do PCA
---

A administração pública ainda não elabora o PCA, entretanto a aquisição de materiais de construção (materiais de consumo) está prevista na LOA.
---

**III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

● **Habilitação Jurídica:**

a) NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE

*[Signature]*



PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	008
Ass	<i>[Signature]</i>

RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial (não sendo o contrato social consolidado apresentar juntamente todos os aditivos a este) em se tratando de sociedades empresárias: devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

d) NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Os documentos listados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

f) Cópia de Documento Oficial com foto e CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa, conforme o caso;

● **Qualificação Técnica:**

a) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente atualizada, constando o período de fornecimento, de modo a comprovar que a licitante já forneceu, o objeto deste certame ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em

*[Signature]*



PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	009
ASS	<i>[Signature]</i>

nome da licitante;

● **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante:

a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

4 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS e;

5 - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

● **Vistoria Prévia**

Não cabe.

● **Apresentação de Amostra**

Não será solicitada.

● **Qual deverá ser a vigência da Ata/prorrogação/reajuste**

O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses,

*[Signature]*

*[Signature]*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO N°	357/25
FL N°	010
ASS	<i>[Signature]</i>

contados da data da assinatura. Por se tratar de Ata de Registro de Preços, este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria promover a solicitação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

- **Prorrogação do Contrato/Ata:**

A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura podendo, a critério das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ressalvados os limites legais para aditivo.

- **Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):**

O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões ou reajustes estritamente nos limites e condições previstas na Lei 14.133/21. Tendo em vista a previsão de reequilíbrio no art. 124 e ss. da Lei 14133/2021, fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou da retratação da variação efetiva do custo de produção, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido, sendo admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, protocolado no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, endereçado ao órgão gerenciador do Registro de Preços;

O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e será realizado a partir da atualização pela data base da planilha referencial inicial, mantendo-se a diferença percentual apurada entre este preço e o preço originalmente constante na proposta do fornecedor;

O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

*[Signature]*

*[Signature]*



PROCESSO Nº	354/25
FL Nº	011
ASS	<i>[Signature]</i>

**IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

- Qual a estimativa de quantidades?

As quantidades estimadas estão descritas nas Planilhas de referência.

- Método de levantamento das quantidades

Informamos que as quantidades foram estimadas com o objetivo de atendimento integral as possíveis demandas que possam se materializar no período de um ano, foram definidas a partir do consumo observado em períodos anteriores e ratificadas através de levantamento realizado por técnico devidamente qualificado para tal. A metodologia consistiu na observação das demandas e necessidades visíveis nos últimos anos e também na previsão acerca das necessidades de manutenções corretivas e preventivas, uma vez que devido a ação inevitável das intempéries, desgaste natural e utilização constante, estes possuem propensão a apresentar problemas específicos e já previsíveis. Seguem anexos a Memória de Cálculo.

**V. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

- Descreva quais as soluções disponíveis no mercado:

No contexto de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, foram avaliadas as seguintes alternativas para suprir a necessidade da Administração:

a) Locação dos materiais: alternativa descartada por inviabilidade técnica, tendo em vista que os materiais são consumíveis, não retornáveis e de uso definitivo em obras públicas.

b) Permuta ou comodato: opções não aplicáveis, considerando a natureza dos itens e a ausência de práticas viáveis nesse formato no setor público para este tipo de material.

c) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção com fornecimento dos materiais:

I – Embora inicialmente cogitada, essa alternativa foi considerada inadequada, pois:

1. O Município já conta com equipe própria habilitada para execução das

*[Signature]*



PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	012
ASS	<i>[Signature]</i>

manutenções;

2. A contratação exigiria levantamento técnico exaustivo de todas as manutenções possíveis ao longo da vigência contratual, o que se mostra impraticável devido à natureza imprevisível das demandas;

3. A alternativa poderia gerar múltiplos aditivos contratuais, perda de controle, aumento de custo e redução de agilidade nas execuções.

- Justificativa técnica e econômica da escolha

Diante das análises técnicas e econômicas realizadas, a aquisição direta por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) foi definida como a única solução viável e mais vantajosa, considerando:

I – A flexibilidade de aquisição conforme demanda real e pontual;

II – O atendimento simultâneo e padronizado;

III – O melhor aproveitamento da mão de obra própria do Município;

IV – A eliminação da necessidade de contratar empresas terceirizadas para serviços já cobertos pela estrutura administrativa existente.

Ressalto também que a opção pelo artefato de concreto em detrimento a outros materiais diz respeito ao fato de as peças elaboradas em cimento, agregados como areia e brita, e água, atendem as necessidades no contexto do município uma vez que são amplamente empregados e de fácil utilização, não necessitando de mão de obra especializada. A utilização desses produtos pré-fabricados oferece vantagens como rapidez, economia, qualidade e acabamento superior nas obras.

- Caso haja restrição de mercado

Não existe restrição do mercado fornecedor, uma vez que a única exigência atrelada ao objeto diz respeito ao fato da empresa possuir familiaridade com o fornecimento.

- Pode ser realizada consulta pública com potenciais contratadas

Não cabe.

*[Signature]*

*[Signature]*



PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	013
ASS	<i>[Signature]</i>

**VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

a) Demonstre a estimativa do valor da contratação

De posse das quantidades exigidas estimativamente para cada item, foi orçado tendo como base a Planilha eletrônica SINAPI, planilha reconhecidamente isenta e neutra – Referência: 07/2025. Os valores referenciais parciais e totais, assim como as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte seguem anexos ao processo.

**VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

● Descreva a solução escolhida

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade contínua e programada de artefatos de concreto destinados às atividades de manutenção, conservação e, quando necessário, adoção de medidas corretivas das redes de drenagem.

● Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica:

I – Em caso de fornecimento de produto em desacordo com as especificações; com defeito ou vício, a contratada deverá realizar a substituição imediata do item, sem qualquer custo adicional para a Administração.

**VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

- O parcelamento torna-se viável e será empregado, uma vez que são itens autônomos e o objeto implica apenas no fornecimento e desde que atendidas as prerrogativas de fornecimento constantes neste documento não existirá qualquer empecilho. Desta forma seguirá para certame item a item de forma isolada.

**IX. RESULTADOS PRETENDIDOS** (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

- Quais resultados pretende-se alcançar com esta contratação

*[Signature]*

*[Signature]*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	014
A38	<i>[Signature]</i>

Pretende-se, com o presente processo, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre as empresas participantes, bem como a justa competição, evitando a contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do objeto.

A contratação decorrente do presente processo exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

A solução proposta visa garantir o abastecimento regular de insumos fundamentais à manutenção e conservação das redes de esgoto, confecção de rede de microdrenagem, captação de águas fluviais de logradouros e demais áreas públicas na sede e nos distritos do Município de Rio Claro com a finalidade de garantir o adequado escoamento e a salubridade.

As quantidades previstas no presente termo de referência são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta administração municipal se reserva o direito de adquirir em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para a armazenagem dos produtos.

**X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

- Quais as providências prévias à contratação deverão ser tomadas pela Administração Municipal?

As providências consistem em realização do certame de acordo com os ditames legais e técnicos, não havendo fatores especiais, somente a adequada e recorrente tramitação do processo de despesas.

- Havendo contrato vigente para o mesmo objeto?

Não há contrato vigente para o objeto.



- Terá que capacitar os servidores para a fiscalização e gestão contratual?  
Não há necessidade.

**XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

- Necessidade de contratações/aquisições correlatas

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a efetivação do serviço podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

- Ações complementares correlatas  
Não cabe.

**XII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

- Há a possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade na contratação

Os critérios de sustentabilidade estão sendo utilizados desde o momento da definição de cada item, foram priorizados materiais em que na fabricação são envolvidos processos menos agressivos ao meio ambiente, assim como a opção por itens que durante a utilização apresentem menos desgaste, o que garante maior durabilidade/vida útil. Ou itens em que o descarte final apresente processos que causem menos interferências negativas ao meio.

- Quais os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação

Durante a execução do objeto não existe a possibilidade de impacto ambiental, desde que respeitadas as normas técnicas inerentes a cada caso específico e legislações ambientais inerentes (logística reversa, proibição acerca da utilização de determinadas matérias primas etc.).

**XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

*[Signature]*

*[Signature]*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	357/25
FL Nº	016
ASS	<i>[Signature]</i>

Este Membro da Comissão Orçamentária declara **VIÁVEL/INVIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro – RJ, 12 de setembro de 2025

*[Signature]*

**Jussara de Oliveira Moura**  
Diretor Geral Técnico/Membro de Comissão  
**Matrícula: 21/392**

Jussara de Oliveira Moura  
Diretor-Geral Técnico/Ass. Mun. Planj.  
Urbano Obras e Serv. Públicos  
Mat. 21/392 CFT 070140467-13